

Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC- 2SP034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado
		2024	2023	2024
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3	43.963	162	46.558
Contas a receber de clientes		17.304	643	23.970
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		471	-	499
Outros tributos a recuperar		-	-	5
Dividendos a receber		254	-	-
Outros ativos	4	2.577	2.983	5.595
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		64.569	3.788	76.627
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Cauções e depósitos vinculados	5	15.492	5	35.151
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.586	-	2.586
Investimentos em controladas	6	606.741	-	-
Imobilizado, líquido	7	435.792	383.223	1.047.906
Intangível, líquido		324	75	911
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.060.935	383.303	1.086.554
TOTAL DO ATIVO		1.125.504	387.091	1.163.181
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	8	42.745	4.884	72.298
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	53.985	-	53.985
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1	3	569
Outros tributos a pagar		512	54	798
Dividendos a pagar		182	68	182
Outras obrigações		-	64	-
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		97.425	5.073	127.832
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	896.777	-	896.777
Tributos diferidos		-	112	706
Outras obrigações		2.592	132	9.156
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		899.369	244	906.639
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito e integralizado		188.219	347.491	188.219
Reserva de lucros		-	3.525	-
Prejuízos acumulados		(59.509)	-	(59.509)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	30.758	-
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	128.710	381.774	128.710
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.125.504	387.091	1.163.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado
		2024	2023	2024
Receita operacional líquida	11	61.750	3.838	92.640
Custo de produção e operação de energia	12	(60.128)	-	(82.192)
LUCRO BRUTO		1.622	3.838	10.448
Gerais e administrativas		(409)	(14)	(609)
Outras receitas (despesas) operacionais		(11)	(5)	(17)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(420)	(19)	(626)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		1.202	3.819	9.822
Receitas financeiras		11.168	8	11.411
Despesas financeiras		(81.729)	(2)	(82.830)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	13	(70.561)	6	(71.419)
Resultado de equivalência patrimonial		6.376	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(62.983)	3.825	(61.597)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(49)	(3)	(918)
Imposto de renda e contribuição social diferido		112	(112)	(405)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	14	63	(115)	(1.323)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(62.920)	3.710	(62.920)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO			
Outros resultados abrangentes	(62.920)	3.710	(62.920)
	-	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(62.920)	3.710	(62.920)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		140.061	-	-	(117)	-	139.944
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.710	-	3.710
Aumento de capital		207.430	-	-	-	-	207.430
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	30.758	30.758
Constituição de Reserva legal		-	180	-	(180)	-	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	3.345	(3.345)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(68)	-	(68)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	347.491	180	3.345	-	30.758	381.774
Prejuízo do exercício		-	-	-	(62.920)	-	(62.920)
Aumento de capital		82.821	-	-	-	-	82.821
Adiantamento para futuro aumento de capital		30.758	-	-	-	(30.758)	-
Redução de capital		(800.000)	-	-	-	-	(800.000)
Aumento de capital - Contribuição Cajuína AB2 Holdings S.A.	1.2 (a)	419.272	-	-	-	-	419.272
Aumento de capital - Incorporação reversa Cajuína AB2 Holdings S.A.	1.2 (b)	107.877	-	-	-	-	107.877
Absorção de prejuízo		-	(180)	(3.345)	3.525	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios - Incorporação reversa Cajuína AB2 Holdings S.A.		-	-	-	(114)	-	(114)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10	188.219	-	-	(59.509)	-	128.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Atividades operacionais:			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(62.920)	3.710	(62.920)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	15.199	-	29.793
Atualização monetária	28.914	-	28.914
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	(81)	-	(184)
Encargos financeiros de dívidas	48.394	-	48.394
Tributos e contribuições sociais diferidos	(112)	112	706
Resultado de equivalência patrimonial	(6.376)	-	-
	23.018	3.822	44.703
Variação de ativos e passivos operacionais	22.027	(5.237)	42.806
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(540)	(1)	(867)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais	44.505	(1.416)	86.642
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado	7 (65.411)	(236.653)	(161.397)
Incorporação - Cajuína AB2 Holdings S.A.	50	-	-
Aumento de capital em controladas	6/10 (76.212)	-	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	30	(5)	67
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(141.543)	(236.658)	(161.330)
Atividades de financiamentos:			
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	9 900.000	-	900.000
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(26.546)	-	(26.546)
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	(15.436)	-	(35.029)
Adiantamento para futuro aumento de capital	10 -	30.758	-
Aumento / Redução de capital	10 (717.179)	207.430	(717.179)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	140.839	238.188	121.246
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	43.801	114	46.558
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	162	48	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	43.963	162	46.558

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A., (“Companhia”), situada na Fazenda Trincheira, s/nº, Zona Rural com sede em Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, foi constituída em 16 de abril de 2020 e tem por objeto social a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada a comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos e prestação de serviços de consultoria.

A Companhia é controlada diretamente pela Tucano Holding I S.A. e indiretamente pela Auren Energia S.A.

1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Controladas	Atividades	Complexo	Sede	Participação
				31/12/2024
Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.	Geração Eólica	Complexo Cajuína	Fernando Pedroza, RN	100%
Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A.	Geração Eólica	Complexo Cajuína	Fernando Pedroza, RN	100%
Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.	Geração Eólica	Complexo Cajuína	Lajes, RN	100%

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Ventos de Santa Tereza 07	ACL	REA 9268/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	12	68,4	34,1
Ventos de Santa Tereza 08	ACL	REA 9269/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	3	17,1	8,3
Ventos de Santa Tereza 12	ACL	REA 9273/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	4	22,8	14,5
Ventos de São Ricardo 10	ACL	REA 9483/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	8	45,6	21,0
						27	153,9	77,9

1.2 Reorganização societária

- (a) Em 24 de janeiro de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi concluída a primeira fase da reorganização societária, onde a antiga controladora AES Cajuína AB2 Holdings S.A. (“Cajuína AB2”) contribuiu na Companhia, a integralidade de sua participação nas demais controladas diretas Santa Tereza 08, Santa Tereza 12 e São Ricardo 10, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Ventos de Santa Tereza 08	Ventos de Santa Tereza 12	Ventos de São Ricardo 10
	2023	2023	2023
Caixa e equivalentes de caixa	49	49	41
Contas a receber de clientes	500	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	5
Outros ativos	2.244	3.420	5
Imobilizado, líquido	104.671	178.734	243.128
Intangível, líquido	59	116	107
Fornecedores	1.542	2.019	4.425
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1	-	12
Outros tributos a pagar	2	72	150
Outras obrigações	17	23	45
Tributos diferidos	85	105	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.970	67.215	10.950
Outras obrigações	98	125	-
Capital social subscrito e integralizado	76.288	109.600	227.743
Lucros acumulados	2.520	3.160	(39)
Acervo líquido	78.808	112.760	227.704

Com isto, a partir da referida data, a Companhia passou a ser controlada direta de Cajuína AB2, e controladora direta de Santa Tereza 08, Santa Tereza 12 e São Ricardo 10.

- (b) Na segunda fase da reorganização societária, ocorrida em 29 de fevereiro de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a “incorporação reversa” de sua controladora direta Cajuína AB2, tornando-se uma *holding* operacional. A transação gerou um acervo líquido que foi incorporado ao patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$107.877, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/01/2024
Caixa e equivalentes de caixa	50
Outros ativos	1.384
Investimentos em controladas	105.135
Imobilizado, líquido	1.311
Outros tributos a pagar	3
Capital social subscrito e integralizado	97.403
Lucros acumulados	10.474
Acervo líquido transferido na incorporação reversa	107.877

O acervo líquido incorporado no montante de R\$107.877 foi registrado como aumento de capital.

1.3 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. (“AES Brasil”) comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. (“Auren”) e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças (“Transação”) por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de março de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo na demonstração contábil de 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$32.856 (R\$1.285 em 31 de dezembro de 2023), e risco de *constrained-off* mencionado na nota 15.2 (c.3), está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

No contexto da combinação de negócios com a Auren, a Administração da Companhia possui um plano para recuperação da performance dos ativos, com iniciativas focadas em disponibilidade, confiabilidade, performance e governança.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Caixa e equivalentes de caixa			
Circulante			
Numerário disponível	11.568	92	13.062
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	32.395	70	33.496
Total	43.963	162	46.558

Os Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2024 possuem liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (80% em 31 de dezembro de 2023).

4. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
CIRCULANTE			
Despesas pagas antecipadamente	520	-	1.324
Multas por compensação de fornecedores (i)	2.056	2.983	3.497
Outros	1	-	774
Total	2.577	2.983	5.595

- (i) Refere-se à compensação a receber por atraso na conclusão das obras do Complexo Cajuína, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

5. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	48	5	48
Garantias de financiamento (i)	15.444	-	35.103
Total	15.492	5	35.151

- (i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida da Companhia no montante de R\$35.103, composto pelo Complexo Ventos de Santa Tereza 7, Ventos de Santa Tereza 8, Ventos de Santa Tereza 12 e Ventos de São Ricardo 10, nos montantes de R\$15.444, R\$3.862, R\$5.265 e R\$10.532, respectivamente. A integralidade dos recursos retidos nestas contas deve ser aplicada, seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão.

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5	5
Adições	15.436	35.029
Atualização monetária	81	184
Baixas e resgates	(30)	(67)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.492	35.151

6. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2024	2023
Participações societárias permanentes: Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	606.741	-
Total	606.741	-

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Movimentação dos investimentos	SalDOS em 31 de dezembro de 2023	Aumento de capital em controladas (i)	Incorporação	Dividendos de controladas	Equivalência Patrimonial	SalDOS em 31 de dezembro de 2024
Ventos de Santa Tereza 08	-	33.052	78.807	(51)	(1.082)	110.726
Ventos de Santa Tereza 12	-	92.670	112.761	(104)	2.216	207.543
Ventos de São Ricardo 10	-	55.625	227.704	(99)	5.242	288.472
Total	-	181.347	419.272	(254)	6.376	606.741

- (i) Deste total, o montante de R\$105.135 foi aportado via regularização de AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital proveniente da incorporação de suas controladas, e o montante de R\$76.212 foi realizado via aporte de caixa pela Companhia.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido do exercício
Ventos de Santa Tereza 08	109.339.708	100%	119.282	8.555	110.727	109.340	(1.082)
Ventos de Santa Tereza 12	202.270.577	100%	218.544	11.001	207.543	202.271	2.216
Ventos de São Ricardo 10	283.367.908	100%	306.846	18.374	288.472	283.368	5.242
Total			644.672	37.930	606.742	594.979	6.376

7. IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora	2024			2023
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,81%	96.545	(2.755)	93.790
Máquinas e equipamentos	3,81%	352.724	(10.722)	342.002
Imobilizado em serviço		449.269	(13.477)	435.792
Imobilizado em curso		-	-	-
Bens vinculados às concessão e autorizações		449.269	(13.477)	435.792
Total Imobilizado		449.269	(13.477)	435.792

Consolidado	2024			2023
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,81%	278.681	(6.456)	272.225
Máquinas e equipamentos	3,81%	797.229	(21.615)	775.614
Imobilizado em serviço		1.075.910	(28.071)	1.047.839
Imobilizado em curso		67	-	67
Bens vinculados às concessão e autorizações		1.075.977	(28.071)	1.047.906
Total Imobilizado		1.075.977	(28.071)	1.047.906

b) Movimentação do ativo imobilizado:

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Controladora	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Provisão Desmantelamento (i)	Transferências / Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	96.545	96.545
Máquinas e equipamentos	-	-	2.345	350.379	352.724
Imobilizado em serviço	-	-	2.345	446.924	449.269
Imobilizado em curso	383.223	65.411	-	(448.634)	-
Bens vinculados às concessão e autorizações	383.223	65.411	2.345	(1.710)	449.269
Subtotal	383.223	65.411	2.345	(1.710)	449.269
Depreciação / Amortização arrendamento	-	(15.199)	-	1.722	(13.477)
Total Imobilizado	383.223	50.212	2.345	12	435.792

Controladora	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Transferências / Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Imobilizado em curso	145.524	236.653	1.046	383.223
Total Imobilizado	145.524	236.653	1.046	383.223

Consolidado	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Incorporação (ii)	Provisão Desmantelamento (i)	Transferências / Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Terrenos	-	-	-	-	62.934	62.934
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	2.128	448.492	450.620
Máquinas e equipamentos	-	-	-	6.115	556.241	562.356
Imobilizado em serviço	-	-	-	8.243	1.067.667	1.075.910
Imobilizado em curso	-	159.652	909.756	-	(1.069.341)	67
Bens vinculados às concessão e autorizações	-	159.652	909.756	8.243	(1.674)	1.075.977
Depreciação / Amortização arrendamento	-	(29.793)	-	-	1.722	(28.071)
Total Imobilizado	-	129.859	909.756	8.243	48	1.047.906

- (i) A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo edílico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.
- (ii) O saldo apresentado na coluna de incorporação no montante de R\$909.756, é composto por: (i) R\$526.533 referentes ao imobilizado proveniente da reorganização societária, apresentada na nota explicativa 1.2; e (ii) R\$383.223 referentes ao ativo imobilizado já existente na Companhia.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

8. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Energia elétrica comprada para revenda	13.780	-	13.780
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas (i)	6.007	56	6.007
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	386	3.464	1.761
Subtotal	20.173	3.520	21.548
Materiais e Serviços	22.375	1.364	50.553
Total	42.745	4.884	72.298

- (i) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrentes de compra de energia elétrica com Auren Operações S.A.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

O saldo de debêntures é composto da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado							
	2024							
	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
MOEDA NACIONAL								
Debêntures								
1ª Emissão	29.235	12.513	(1.182)	40.566	608.786	(15.665)	593.121	633.687
2ª Emissão	7.470	6.392	(443)	13.419	311.743	(8.087)	303.656	317.075
Subtotal	36.705	18.905	(1.625)	53.985	920.529	(23.752)	896.777	950.762
Total	36.705	18.905	(1.625)	53.985	920.529	(23.752)	896.777	950.762

A movimentação das debêntures é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	Debêntures	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-
Ingressos	900.000	900.000
Encargos financeiros	47.225	47.225
Variação monetária	28.914	28.914
Diferimento dos custos de transação	(26.546)	(26.546)
Amortização dos custos de transação	1.169	1.169
Saldos em 31 de dezembro de 2024	950.762	950.762

9.1 Vencimentos das parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora e Consolidado		
	Debêntures	Custos de transação	Total
2026	34.002	(1.625)	32.377
2027	36.030	(1.625)	34.405
2028	38.755	(1.625)	37.130
2029	46.781	(1.625)	45.156
2030	49.966	(1.625)	48.341
Após 2030	714.995	(15.627)	699.368
	920.529	(23.752)	896.777

9.2 Compromissos financeiros – “Covenants”

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Covenants	Finalidade
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,1x$	ICSD: $\geq 1,1x$

9.3 Características da dívida:

Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
1º Emissão Debêntures (1ª Série)	600.000	abril-24	IPCA + 6,93%	Semestral	Semestral	633.687	Março de 2039	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,1x$	Emissão de longo prazo em substituição a de curto prazo emitida em março de 2022.
1º Emissão Debêntures (2ª Série)	300.000	abril-24	IPCA + 7,08%	Semestral	Semestral	317.075	Março de 2044	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,1x$	Emissão de longo prazo em substituição a de curto prazo emitida em março de 2022.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$188.219 (R\$347.491 em 31 de dezembro de 2023) representado por 182.205.001 (347.491.081 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2024	2023
	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	Quantidade
Acionistas		
Tucano Holding I S.A.	182.205	-
AES Cajuína AB2 Holdings S.A.	-	347.491
Total das ações ordinárias	182.205	347.491

Aumento e redução de capital

Nas datas mencionadas abaixo foram realizadas as reuniões de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") para tratar sobre o aumento e redução de capital. As matérias foram aprovadas por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/76, art. 174.

- Em 24 de janeiro de 2024: aumento de capital no montante de R\$30.758, mediante a emissão de 30.758.000 ações. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$378.249, composto por 378.249.080 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.
- Em 24 de janeiro de 2024: aumento de capital no montante de R\$419.272, mediante a emissão de 419.271.895 ações. Assim, o capital social subscrito e integralizado da

Companhia passou a ser de R\$797.521, composto por 797.520.975 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal. As ações emitidas em conexão com o referido aumento são ora subscritas pela Acionista Única e integralizadas mediante o aporte ao capital social da Companhia da totalidade das ações de emissão de: (i) Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.; (ii) Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A. e; (iii) Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A. (em conjunto, “Companhias Aportadas” e “Ações Aportadas”, respectivamente).

- Em 31 de janeiro de 2024: aumento de capital no montante de R\$7.940, mediante a emissão de 7.940.000 ações. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$805.461, composto por 805.460.975 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.
- Em 29 de fevereiro de 2024: aumento de capital no montante de R\$107.877 (valor apurado para o patrimônio líquido da Cajuína AB2, nos termos do Laudo de Avaliação), mediante a emissão de 107.877.431 ações ordinárias nominativas. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$913.338, composto por 907.324.281 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.
- Em 01 de abril de 2024: redução de capital no montante de R\$800.000, mediante a restituição de 800.000.000. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$113.338, composto por 107.324.281 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.
- Em 30 de junho de 2024: aumento de capital no montante de R\$74.881, mediante a emissão de 74.880.720 ações. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$188.219, composto por 182.205.001 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

10.2 Reserva de lucros

(a) Reserva Legal

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

(b) Reserva de Investimento

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024.

Devido ao prejuízo do exercício no montante de R\$62.920, a Companhia realizou a absorção da reserva legal e reservas de investimentos nos montantes de R\$180 e R\$3.345 respectivamente.

10.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

11. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Contratos bilaterais	15.934	-	15.934
Partes relacionadas	50.226	-	78.577
Mercado de curto prazo	908	713	4.073
Outras receitas (i)	833	3.260	1.076
Receita operacional bruta	67.901	3.973	99.660
(-) PIS e COFINS	(6.151)	(135)	(7.020)
Receita operacional líquida	61.750	3.838	92.640

12. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Controladora		Consolidado
	2024		2024
Custo da produção de energia elétrica			
Contratos bilaterais	(13.780)		(13.780)
Contratos com partes relacionadas	(26.098)		(27.340)
Mercado de curto prazo	(2.080)		(2.080)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(3.505)		(6.981)
Taxa de fiscalização ANEEL	(54)		(61)
Crédito de Pis e Cofins	2.397		2.397
Subtotal	(43.120)		(47.845)
Custo da operação			
Serviços de terceiros	(706)		(1.620)
Depreciação e amortização	(15.313)		(29.961)
Seguros	(1.184)		(2.807)
Arrendamentos e aluguéis	217		100
Contribuições setoriais	(22)		(58)
Outras receitas (custos) operacionais	-		(1)
Subtotal	(17.008)		(34.347)
Total	(60.128)		(82.192)

13. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Receitas financeiras			
Rendimento de aplicações financeiras	11.530	8	11.615
Variações monetárias	93	-	226
PIS e COFINS sobre receita financeira	(545)	-	(545)
Outras receitas financeiras	90	-	115
Subtotal	11.168	8	11.411
Despesas financeiras			
Encargos financeiros de dívidas	(48.441)	-	(48.445)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(28.914)	-	(28.914)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(143)	-	(344)
Juros sobre arrendamento	(582)	-	(726)
Outras despesas financeiras	(3.649)	(2)	(4.401)
Subtotal	(81.729)	(2)	(82.830)
Total Líquido	(70.561)	6	(71.419)

14. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apurou os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real, diferentemente do regime de tributação do ano de 2023, onde o cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram realizados com base no regime de apuração pelo lucro presumido. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2024.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladas é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas

	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	2024	2024	2024	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(62.983)	(62.983)	(61.597)	(61.597)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	15.746	5.668	15.399	5.544
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Adições (exclusões) permanentes:				
Diferença temporária sem diferido constituído	(439)	(158)	(439)	(158)
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(16.899)	(6.084)	(16.899)	(6.084)
Resultado de equivalência patrimonial	1.594	574	-	-
Ajuste lucro presumido	-	-	998	255
Ajuste de impostos				
Ajuste de Anos Anteriores	43	20	43	20
Outros	(2)	-	(2)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	43	20	(900)	(423)
Composição dos tributos no resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(30)	(19)	(578)	(340)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	73	39	(322)	(83)
Total	43	20	(900)	(423)

	2023	
	IRPJ	CSLL
IRPJ/CSLL		
Receita operacional tributável	71	71
Alíquota lucro presumido	8%	12%
Receita presumida	6	8
Outras receitas	6	6
Base de cálculo	12	15
Alíquota:	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(2)	(1)
Adicional (10%)	(1)	-
Outros ajustes	1	-
IRPJ e CSLL corrente	(2)	(1)
IRPJ e CSLL diferido	(73)	(39)
Total tributos no resultado	(75)	(40)

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	Consolidado		Categoria	
	2024			
	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)				
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	13.062	13.062	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	3	33.496	33.496	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		23.970	23.970	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	5	35.151	35.151	Custo amortizado
Total		105.679	105.679	
PASSIVO (Circulante e não circulante)				
Fornecedores	8	72.298	72.298	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	950.762	950.762	Custo amortizado
Dividendos a pagar		182	182	Custo amortizado
Total		1.023.242	1.023.242	

Para a rubrica empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Caixa e equivalentes de caixa	43.963	162	46.558
Contas a receber de clientes	17.304	643	23.970
Cauções e depósitos vinculados	15.492	5	35.151
Total	76.759	810	105.679

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	950.762	950.762
Caixa e equivalentes de caixa	(43.963)	(81.709)
Divida líquida	906.799	869.053
Patrimônio líquido	128.710	128.710
Divida líquida / Patrimônio líquido	705%	675%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

						Controladora	
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	42.745	-	-	-	-	42.745	4.884
Empréstimos, financiamentos e debêntures	51.589	53.357	220.452	419.745	2.501.646	3.246.789	-
Dividendos a pagar	-	182	-	-	-	182	71
Total	94.334	53.539	220.452	419.745	2.501.646	3.289.716	4.955

						Consolidado	
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	72.298	-	-	-	-	72.298	4.884
Empréstimos, financiamentos e debêntures	51.589	53.357	220.452	419.745	2.501.646	3.246.789	-
Dividendos a pagar	-	182	-	-	-	182	71
Total	123.887	53.539	220.452	419.745	2.501.646	3.319.269	4.955

(b.4) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	32.395	70	33.496
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(976.139)	-	(976.139)
Total	(943.744)	70	(942.643)

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% dos equivalentes de caixa.

Consolidado		Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Investimentos de curto prazo				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI				6,95%	10,42%	13,90%	17,37%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas		CDI	33.496	2.328	3.490	4.655	5.818	6.984
Impacto no resultado				2.328	3.490	4.655	5.818	6.984
Total da exposição líquida				2.328	3.490	4.655	5.818	6.984

Consolidado		Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Empréstimos e financiamentos				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA				2,50%	3,75%	5,00%	6,26%	7,51%
BNB		IPCA	(950.762)	(49.714)	(61.915)	(74.164)	(86.414)	(98.615)
Impacto no resultado				(49.714)	(61.915)	(74.164)	(86.414)	(98.615)
Total da exposição líquida				(49.714)	(61.915)	(74.164)	(86.414)	(98.615)

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas somente serão apuradas a partir da entrada em operação dos empreendimentos. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, após a entrada em operação, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.3) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O constrained-off é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do constrained-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do constrained-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do constrained-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por constrained-off e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por constrained-off para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.